

PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO

Tendo considerado a discrepância existente nos variados projectos educativos dos diferentes Estados-membros da UE e suas negativas consequências directas, como as barreiras não-geográficas que se opõem à mobilidade dentro da UE, resultantes da desigualdade de oportunidades e níveis de conhecimento;

Tendo considerado a União Europeia, mais que uma organização de países desenvolvidos, deve ser vista como agente do progresso nas regiões do globo onde cultiva relações históricas e, agora mais que nunca, de parceria estratégica;

Tendo considerado, por último, a necessidade urgente de traçar objectivos e acções a cumprir de forma a garantir o procurado Desenvolvimento Sustentável;

As medidas propostas são:

- 1.** Propomos, assim, uma aproximação do projecto educativo de todos os jovens da UE, uniformizando os planos de estudo de todos os Estados-Membros, visando uma igualdade de oportunidades em áreas como a Mobilidade ou o apoio a estudantes carenciados.
- 2.** Propomos que a União Europeia deve promover a criação de empregos dignos em África, devendo, para isso, servir-se das organizações sindicais africanas e europeias; dos investidores europeus, que deverão transportar mais responsabilidades sociais, ao moverem-se para África. Quanto aos Estados cujos organismos prestam ajudas económico-financeiras, a sua acção deve ser acompanhada de perto por entidades creditadas dos dois continentes, colocando os seus agentes no terreno, como forma de combater a corrupção e fazer pela canalização dos apoios para aqueles que realmente necessitam. É ainda fundamental que se exija aos países que apresentem resultados, como prova da adequação das ajudas prestadas.
- 3.** Propomos que a UE dedique o próximo ano de 2009 a este assunto como Ano Europeu da Sustentabilidade Energética, levando a cabo uma campanha mobilizadora dos agentes económicos (junto dos quais a promoção das directivas ambientais deve ser prioridade) e dos consumidores domésticos (sendo fundamental que a UE ofereça condições e assumam responsabilidades no apoio a estudos como os que apontam as zonas das habitações onde o consumo energético pode ser reduzido e concedendo incentivos fiscais ao uso de fontes alternativas).